

RELATÓRIO E CONTAS
DA
COMPANHIA ELÉCTRICA
DO
ALENTEJO E ALGARVE
CEAL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Gerência de 1969

SEDE
RUA DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, N.º 23-A
LISBOA

CPE	COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE
DCI - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
Data:	-8. SET. 1972
N.º	9495
CLASSIF.	

GERÊNCIA DE 1969

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL
S. A. R. L.

Capital: 70.000.000\$00

L I S B O A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Srs. Accionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária, na sede social, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A, 6.º andar, Lisboa, no dia 24 de Março, pelas 11 horas, a fim de:

- Deliberar sobre o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1969.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1970.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

a) *José Francisco Corrêa Matoso*

RELATÓRIO
DO
Conselho de Administração

Senhores Accionistas:

De harmonia com o que determina a lei e o pacto social, temos a honra de apresentar à apreciação da Assembleia Geral o relatório, o balanço e as contas referentes ao ano de 1969.

Alta Tensão

A rede de AT da CEAL atingia no fim de 1969 o comprimento de 1562 quilómetros e dividia-se, segundo as tensões, da seguinte maneira:

a 60 kV	182 km
a 30 kV	640 km
a 15 kV	705 km
a 6 kV	35 km
						<hr/>
						1562 km

A rede afecta à concessão do Estado cobre uma extensa zona que abrange, como se sabe, parte do distrito de Évora, todo o distrito de Beja e o distrito de Faro (ou seja todo o Algarve), ligando os pontos mais distantes e fazendo face, por ora, a uma ainda muito fraca densidade geral de consumo, o que não significa que, num ponto ou noutro, as potências pedidas não tenham subido, implicando novos e às vezes vultosos investimentos para reforço. Mas, sem contrapartida ficam enormes extensões cobertas pela rede, onde se tem de manter igualmente o serviço e onde as necessidades de energia são quase nulas.

Há, assim, desproporções de utilização da rede, disparidades, que significam, ao fim e ao cabo, fortes encargos sem compensação adequada.

Tivemos de levantar as estruturas, temos de as conservar, mantê-las aptas, com uma despesa que é independente do volume de kWh

transportados, até ver se um dia há uma melhor repartição e mais justa compensação para os encargos.

Estamos, portanto, ainda num período que não difere muito do de arranque, que se espera e se confia venha a melhorar quando se verificar a existência de manchas de efectiva industrialização, quer no Alentejo, quer no Algarve.

No ano em apreciação, construíram-se algumas dezenas de quilómetros de linhas de AT, devendo anotar-se, especialmente, a duplicação da linha de alimentação de Portimão pelo significado que comporta.

Concluíram-se e prosseguiram obras de ampliação e remodelação nas subestações de Loulé, Porto de Lagos (Portimão), Aljustrel e Serpa e concluiu-se a subestação da Bugalheira.

Nas subestações de Loulé e Porto de Lagos ultimaram-se, em colaboração com a Companhia Nacional de Electricidade, hoje integrada na Companhia Portuguesa de Electricidade - CPE, a montagem de baterias de condensadores, que, tendo entrado em funcionamento, deram logo excelentes resultados quanto aos níveis de tensão de chegada da corrente ao Algarve. A Companhia transportadora, pode dizer-se, forneceu o material e suportou os maiores, quase todos, encargos da montagem.

Também no ano de 1969 ficou concluído o estabelecimento da nova linha de transporte que aquela entidade fez construir até Tunes, no Algarve.

Como esta nova linha está a ser explorada a 60 kV, foi feita uma ligação directa e simples à nossa linha de igual voltagem que liga a subestação de Loulé à subestação de Porto de Lagos, tendo-se instalado apenas seccionamentos. Dentro de poucos anos a CPE construirá uma subestação em Tunes, de 150/60 kV, passando a sua linha Ferreira do Alentejo-Tunes a funcionar a 150 kV, para o que está dimensionada.

Esta ligação teve para nós e para todo o Algarve uma enorme importância, sobretudo no que respeita a segurança no serviço. Vivemos no Algarve, até esta altura, durante mais de 12 anos, apenas sobre a nossa linha de 60 kV Ferreira do Alentejo-Loulé que, pode dizer-se, não nos deu um só dissabor, o que mostra como foi bem concebida, como foi bem construída e como foi bem explorada. É de notar que esta linha atravessa a serra do Caldeirão em condições adversas, por lugares dos mais escarpados e dos mais sujeitos a nevoeiros e a fortes injúrias do tempo.

Com a nova ligação, para a qual já nos tínhamos preparado, construindo a sobredita linha entre a subestação de Loulé e de Porto de Lagos (Portimão), dimensionada para 60 kV, podemos estar mais seguros e descansados. É certo que para o transporte de energia entre Setúbal e Ferreira do Alentejo a CPE só dispõe de uma linha a 150 kV. Mas, tendo em conta o excelente comportamento de que

tem dado provas, a indiscutível competência com que é feita a sua exploração e ainda o facto de já ser uma linha de muito elevada tensão, onde são mais raras as avarias, supomos que podemos ter uma certa tranquilidade até o momento de poder ser duplicada.

Baixa Tensão

Em todas as redes que nos estão confiadas fizeram-se trabalhos de conservação e de ampliação, como é natural.

Redes novas, montaram-se as de Safara e Póvoa de S. Miguel, no concelho de Moura, e iniciaram-se dispendiosos e extensos trabalhos de electrificação no concelho de Aljezur, que envolvem as povoações de Rogil e Maria Vinagre, Odeceixe e Praia de Odeceixe.

Estes serviços chamados comumente de baixa tensão e que hoje legalmente são apelidados de pequena distribuição, a que a Companhia se tem lançado galhardamente para, satisfazendo sugestões oficiais e a sua própria vocação, oferecer o acesso geral à electricidade, têm sido de exploração acentuadamente deficitária e assim permanecem. E, depois, a exploração é árdua e é-se acusado e recriminado, mesmo quando se tomam todos os cuidados e providências para oferecer o melhor serviço possível.

A electricidade é coisa ainda não completamente dominada e oferece, nos momentos mais imprevistos, as suas surpresas. Não deixa de ser profundamente maçador e irritante uma falta de luz, uma variação súbita de tensão, etc., mas são factos que acontecem e têm de acontecer nas redes do Alentejo e do Algarve, como acontecem em tantos lugares, aqui e lá fora, até em países mais avançados, na técnica e no mais, como os Estados Unidos, a França, a Alemanha e outros.

O ponto é procurar vigiar e melhorar o serviço, prevenir na medida das forças humanas, e esse é o caminho que está marcado e se trilha.

Exploração

No ano de 1969 o crescimento da distribuição de energia eléctrica foi consideravelmente mais baixo do que o crescimento verificado no ano anterior. Se a taxa de crescimento verificada em 1968 foi de 18,8 %, em 1969 ficou em 9,2 %.

O ano em apreciação sofreu em todo o seu curso os efeitos da aplicação do contrato colectivo de trabalho, assinado em fins de 1968, e isso trouxe considerável aumento de encargos, a somar aos derivados

de certos ajustamentos de ordenados e concessão de regalias que se fizeram para além do mesmo contrato colectivo.

A relativamente baixa taxa de crescimento de distribuição e os novos e vultosos encargos com o pessoal, a que se juntam as despesas que se tiveram de fazer com a nova instalação da sede, explicam que os resultados do ano de 1969 tenham sido um tanto inferiores aos do ano de 1968.

Apesar do cuidado que se emprega em proceder com a maior economia possível, sem deixar contudo de considerar, nos termos que são devidos, a situação do pessoal, a verdade é que o volume no negócio, isto é, da movimentação da energia, face aos encargos que necessariamente implica e ao investimento realizado, não tem permitido, não só a justa remuneração do capital social, como também certas orientações e passos a que aspiramos.

Por outras palavras, há ainda um peso relativo considerável, de efeitos ainda não vencidos ou neutralizados, daquilo a que se podem chamar encargos fixos.

Os accionistas, entre os principais contando-se a Hidro Eléctrica Alto Alentejo e a União Eléctrica Portuguesa, têm consentido sacrifícios, não tendo recebido dividendos ao longo dos 15 anos de vida da empresa e apenas visto a amortização dos prejuízos havidos e a constituição do seu Fundo de Reserva Livre.

O volume de energia admitido nas nossas redes, em 1969, foi de 102.669.901 kWh. A energia distribuída ao abrigo da concessão do Estado, deduzidas as perdas, totalizou 95.754.068 kWh.

Parte desta energia transitou para as nossas concessões municipais e, tendo em conta as perdas e consumos próprios verificados nas respectivas distribuições, achamos o volume de 93.913.826 kWh como o do total de energia efectivamente entregue aos clientes.

Contas

Pelo balanço que se publica pode ver-se que no ano de 1969 o investimento contabilizado aumentou de Esc. 17.622.847\$89, que os fundos de reserva foram acrescentados em Esc. 4.485.749\$93, que se fizeram correctamente as reintegrações devidas e que o passivo, a médio e longo prazo, sofreu uma diminuição de Esc. 4.975.307\$10, mantendo-se no mais uma boa e correcta relatividade entre as diversas posições do activo e do passivo, pelo que se conclui por uma sã situação financeira, que progride na sua consolidação.

Os lucros líquidos apurados montam a Esc. 4.605.451\$28. São um tanto inferiores aos do ano passado pelas razões a que já se fizeram referência e constituem plena justificação dentro do âmbito em que a empresa se move.

Destes lucros deve deduzir-se 5 % para o Fundo de Reserva Legal. Feita esta dedução, propomos se retire 10 % para ser distribuído pelo pessoal e que o remanescente, ainda este ano, seja levado ao Fundo de Reserva Livre.

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade

O Grémio, a cuja direcção preside o Eng.º Paulo de Barros, em nome da CEAL, continuou a desenvolver a mais viva e meritória actividade, não só velando pelos justos interesses dos seus associados, como também, na mais cuidada inserção desses mesmos interesses justos no interesse nacional, colaborando com as entidades públicas para o estudo e resolução de problemas, alguns de relevante importância para a economia do País.

Considerações Diversas e Finais

— Desejamos patentear o nosso apreço pelo interesse com que o Ex.^{mo} Delegado do Governo, Sr. Engenheiro António Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho, no exercício da sua missão, acompanha a vida da empresa, informando-se com pormenor e dando, sempre que entende, a sua opinião valiosa, que acatamos, como é devido, com todo o respeito.

— Como é natural, no curso do ano tivemos de tratar com instâncias oficiais e como encontrámos sempre junto delas bom acolhimento e espírito de muito boa colaboração, queremos deixar aqui o tributo do nosso reconhecimento e alta consideração.

— O ano de 1969 foi o último em que desempenhámos funções de administrador da antiga Empresa Termoeléctrica Portuguesa, hoje integrada na nova sociedade Companhia Portuguesa de Electricidade - CPE.

Demos, mais uma vez, nesse exercício de funções, o melhor que pudemos do nosso esforço e, se se lembra com certa saudade o magnífico ambiente de frutuoso trabalho onde nos era dado participar, não queremos deixar de fazer os melhores votos por que a nova organização, que absorveu aquela empresa, possa seguir um caminho progressivo e próspero para bem de todos.

— À Aliança Eléctrica do Sul, SARL, que opera dentro da zona da nossa concessão, pudemos dar uma vincada colaboração, prestando-lhe toda a assistência possível, designadamente no campo técnico.

— O Conselho Fiscal, como é de tradição, no exercício exacto das suas funções, contribuiu para o mais apurado desempenho da

nossa missão e são-lhe devidos os protestos de toda a consideração de que é merecedor.

— Os nossos colaboradores de todos os dias, ou seja o nosso pessoal, das diferentes categorias, que nos deram o melhor do seu esforço e dedicação têm direito a palavras de louvor que aqui consignamos com todo o gosto.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1970.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL — Presidente

António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo

Paulo de Barros.

Companhia Eléctrica do
Balço em 31 de

Alentejo e Algarve—CEAL
Dezembro de 1969

ACTIVO			
Disponível			
Caixa	527.155\$62		
Bancos	3.240.685\$64	3.767.841\$26	
Realizável			
Clientes	13.965.203\$13		
Devedores e Credores Gerais (saldos devedores)	1.425.418\$11		
Comparticipações Financeiras	18.736.069\$80		
Letras a Receber	325.046\$80	34.451.737\$84	
Permutável			
Contas Transitórias (saldos devedores)	1.155.565\$76		
Material em Armazém	10.479.623\$57		
Material a Receber	267.308\$40		
Serviços Diversos (obras em curso)	17.402.068\$09		
Serviços de Oficinas (obras em curso)	9.442\$51	29.314.008\$33	
Fixo			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais	1.391.046\$08		
Concessão de Grande Distribuição	138.941.013\$71		
Concessões de Pequena Distribuição	58.176.694\$13		
Edifícios e Terrenos	379.077\$41		
Laboratório	248.709\$62		
Material em Instalações Alheias	6.859.628\$08		
Móveis, Utensílios e Livros	2.380.066\$80		
Tele-Serviços	2.516.677\$58		
Veículos	2.015.689\$67	212.908.603\$08	280.442.190\$51
De ordem			
Cauções da Administração		200.000\$00	
Devedores por Cauções Próprias		139.500\$00	
Devedores por Participações Concedidas		2.303.841\$20	
Devedores por Garantias Bancárias		200.000\$00	
Garantias Bancárias Recebidas		2.160.205\$90	
Valores em Depósito		1.033.919\$00	6.037.466\$10
			286.479.656\$61

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) Joaquim Adriano Teixeira de Sousa.

PASSIVO			
Exigível			
Imediatamente e a Curto Prazo			
Contas Transitórias (saldos credores)	2.107.345\$19		
Credores por Resgate de Obrigações	111.000\$00		
Devedores e Credores Gerais (saldos credores)	2.609.714\$85		
Encargos Fiscais Vencidos	1.838.202\$00		
Fornecedores de Energia	6.413.213\$20		
Fornecedores Gerais	1.720.572\$74		
Juros de Obrigações e Empréstimos Vencidos	701.296\$59	15.501.344\$57	
A Médio e a Longo Prazo			
Banco de Fomento — c/ Empréstimos	20.860.436\$20		
Caixa Geral de Depósitos — c/ Empréstimos	32.179.129\$80		
Obrigações	25.562.000\$00	78.601.566\$00	94.102.910\$57
De Compensação			
Reintegrações Gerais			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais	1.234.678\$81		
Concessão de Grande Distribuição	57.846.974\$11		
Concessões de Pequena Distribuição	16.172.264\$91		
Edifícios e Terrenos	5.486\$28		
Laboratório	185.763\$09		
Material em Instalações Alheias	3.455.907\$01		
Móveis, Utensílios e Livros	1.543.199\$81		
Tele-Serviços	1.098.419\$97		
Veículos	1.109.900\$31	82.652.594\$30	
Comparticipações		18.005.933\$00	
Quotas de Reversão		4.065.042\$87	104.723.570\$17
De Ordem			
Credores por Cauções da Administração		200.000\$00	
Cauções Próprias		139.500\$00	
Comparticipações Concedidas		2.303.841\$20	
Garantias Bancárias Prestadas		200.000\$00	
Credores por Garantias Bancárias		2.160.205\$90	
Credores por Valores em Depósito		1.033.919\$00	6.037.466\$10
Total do Passivo			204.863.946\$84
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	70.000.000\$00		
Fundo de Reserva Legal	758.950\$16		
Fundo de Reserva Livre	6.251.308\$33	77.010.258\$49	
Resultados Gerais			
Resultados do Exercício		4.605.451\$28	81.615.709\$77
			286.479.656\$61

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL — Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Paulo de Barros.

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL

Gerência referente ao ano de 1969

EXPLO RAÇÃO

D É B I T O		
Energia		46.473.443\$70
Despesas de Conservação e Reparação		
Remunerações e outros encargos c/ o Pessoal	1.042.880\$43	
Outros encargos	636.422\$05	1.679.302\$48
Encargos Gerais de Exploração		
Remunerações e outros encargos c/ o Pessoal	6.741.079\$49	
Outros encargos	1.968.398\$65	8.709.478\$14
Reintegrações Gerais		8.335.669\$30
Quotas de Reversão		1.097.633\$92
Taxas, Contribuições e Impostos		1.850.714\$50
Encargos Comerciais e Administrativos		
Remunerações e outros encargos com os Órgãos Sociais e a Fiscalização do Governo	581.962\$88	
Remunerações e outros encargos c/ o Pessoal	4.357.633\$28	
Publicidade	1.159\$60	
Reintegrações	170.331\$42	
Taxas, Contribuições e Impostos	37.796\$80	
Outros encargos	1.234.554\$11	6.383.438\$09
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros devidos		3.324.961\$42
PARA RESULTADOS GERAIS		4.450.411\$17
		<hr/>
		82.305.052\$72

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa.*

C R É D I T O		
Energia		80.274.405\$15
Aluguer de Material		1.202.236\$60
Taxas de Ligação		40.035\$00
Mínimos Contratuais		47.457\$60
Rendimentos Diversos		367.334\$66
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros cobrados	105.247\$36	
Descontos tomados	53.475\$05	
Dividendos recebidos	214.861\$30	373.583\$71
		<hr/>
		82.305.052\$72

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL — Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Paulo de Barros.

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve

CEAL

GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 1969

RESULTADOS GERAIS

DÉBITO

CRÉDITO

Encargos e Regularizações Diversos	326.431\$17	Exploração	4.450.411\$17
Para Balanço — Lucros	4.605.451\$28	Rendimentos e Regularizações Di- versos	
		Vencimentos como administra- dora de outra empresa	77.000\$00
		Assistência técnica prestada	50.000\$00
		Outros	354.471\$28
			481.471\$28
	<u>4.931.882\$45</u>		<u>4.931.882\$45</u>

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa.*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela Aliança Eléctrica do Sul, S.A.R.L. — Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo
Paulo de Barros.

PARECER

DO

Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e das disposições estatutárias, o Conselho Fiscal vem dar conta da tarefa que lhe coube desempenhar, durante o ano de 1969, e simultâneamente transmitir-vos o seu parecer sobre o Relatório, Contas e Balanço, submetidos à vossa apreciação, pelo digno Conselho de Administração.

Com a costumada regularidade, procedemos à verificação das contas da Empresa, durante o último exercício, tendo tudo sido sempre encontrado na melhor ordem e devidamente documentado. Por tal motivo, é-nos muito grato prestar aqui a nossa homenagem à contabilidade, pela eficiência evidenciada.

Valores e títulos que fazem parte do património da Empresa, encontram-se também devidamente arrecadados.

Os critérios valorimétricos adoptados correspondem, sem dúvida, à correcta avaliação do património social e aos resultados expressos no balanço.

Pelo exame e apreciação que fizemos, verificámos que a contabilidade, e em perfeita conjugação com esta, o balanço e as contas que se apresentam satisfazem, como deve ser, as disposições legais e estatutárias.

Sobre a gestão da Empresa, só temos que reafirmar, sem qualquer ideia de lisonja, a muita competência, zelo e probidade que, desde sempre, tem caracterizado a acção da Administração no desempenho das suas funções.

O relatório de gerência é apresentado com a maior clareza e perfeitamente circunstanciado, pelo que nos dispensamos da qualquer esclarecimento complementar sobre o que foi, neste período, a vida da CEAL.

Os resultados líquidos apurados não foram ainda, como se verifica, bastante compensadores, se se atender, não só aos capitais investidos, mas ainda à grande actividade desenvolvida em todos os sectores da Empresa. Confiamos, porém, em que, criadas as condições de desenvolvimento que se podem prever nas zonas servidas pela rede

de distribuição, se venha em breve a verificar «uma mais justa compensação para os encargos», esperança que partilhamos com a Administração.

Associamo-nos às merecidas palavras de apreço dirigidas ao Ex.^{mo} Delegado do Governo e confessamo-nos muito gratos pelas amáveis referências à actividade do Conselho Fiscal.

Terminando, temos a honra de propor:

- 1.º — Que seja aprovado o Relatório, Balanço e Contas apresentados e, bem assim, que o saldo de gerência seja distribuído de harmonia com a proposta da Administração.
- 2.º — Que a Administração seja louvada, com relevância para o seu Presidente, pelas qualidades administrativas de que, mais uma vez, deu provas.
- 3.º — Que ao pessoal técnico e administrativo seja afirmado o nosso apreço, pelo cuidadoso cumprimento das obrigações inerentes aos seus cargos.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1970.

aa) *António Themudo de Castro*
Abílio de Oliveira Gericota
João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Composto e impresso na
SCARPA, LIMITADA
R. das Flores, 43-Lisboa

